



Recebido em: 14 Jun. 2017 Aprovado em: 9 Ago. 2017 Publicado em: 12 Set. 2017

DOI: <https://doi.org/10.18554/rt.v10i1.2186>

v. 10 n. 1 – Jan. / Jun. 2017

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM ARTES E MÚSICA: TRAJETÓRIA E DESAFIOS NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO, BRASIL

HIGHER DEGREE COURSE IN COUNTRYSIDE EDUCATION WITH ENHANCEMENT IN ARTS AND MUSIC: TRAJECTORY AND CHALLENGE IN BICO DO PAPAGAIO REGION, BRAZIL

LICENCIATURA EN EDUCACIÓN RURAL CON HABILITACIÓN EN ARTES Y MÚSICA: HISTORIA Y DESAFÍOS EN LA REGIÓN DEL BICO DO PAPAGAIO, BRASIL

Cícero da Silva

E-mail: cicolinas@yahoo.com.br

Cássia Ferreira Miranda

E-mail: cassiafmiranda@outlook.com

Maciel Cover

E-mail: macielcover@uft.edu.br

Marcus Facchin Bonilla

E-mail: marcusbonilla@uft.edu.br

Ubiratan Francisco de Oliveira

E-mail: bira@uft.edu.br

Universidade Federal do Tocantins – UFT

RESUMO

A expansão dos Cursos Superiores de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil teve um salto significante com a abertura do Edital 02/2012 pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2012). Com a finalidade de formar educadores do campo nas diversas comunidades rurais do país, entre eles, professores de escolas do campo, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, assentados/acampados da reforma agrária e lideranças dos movimentos sociais do campo, cerca de 42 (quarenta e dois) cursos de Licenciatura em Educação do Campo estão sendo implantados desde 2013 em todas as regiões do país. Este artigo objetiva apresentar um painel de informações e experiências pedagógicas do curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Tocantinópolis. O trabalho está dividido em três partes principais: o processo de constituição do Curso focalizado, a caracterização do mesmo, a descrição e reflexões sobre algumas das experiências pedagógicas desenvolvidas entre os anos de 2014 e 2015. Trata-se de um primeiro esforço de sistematização do grupo de docentes do curso e que compõem a pesquisa do Observatório da Educação do Campo – do Centro Transdisciplinar de Educação do Campo (CETEC), da Universidade de Brasília (UnB), cujo enfoque é a expansão dessa modalidade de ensino no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Artes. Música.

ABSTRACT

The expansion of the Higher Degree Courses in Countryside Education (Rural) in Brazil had a significant jump with the opening of the Notice 02/2012 by the Ministry of Education (BRASIL, 2012). With the purpose of training rural educators in the country's rural communities, among them, teachers from rural schools, quilombolas, fishermen, river dwellers, agrarian reform settlers and camp leaders, about 42 (forty-two) Higher Degree Courses in Countryside Education are being deployed in all regions of the country since 2013. This paper aims to present a panel of information and pedagogical experiences of the Higher Degree Courses in Countryside Education with Enhancement in Arts and Music, of the Universidade Federal do Tocantins, campus de Tocantinópolis. This paper is divided in three main parts: the process of constitution of the focused Course, the characterization of the same and the description and reflections on some of the pedagogical experiences developed between the years 2014 and 2015. This is a first effort of systematization of the group of professors of the course that compose the research of the Observatory of Countryside Education - Transdisciplinary Center (CETEC), of the University of Brasilia (UnB), whose focus is the expansion of this modality of higher education in Brazil.

KEYWORDS: Countryside Education. Arts. Music.

RESUMEN

La expansión de cursos de Licenciatura en Educación Rural en Brasil tuvo un salto importante con la apertura de la licitación pública 02/2012 por el Ministerio de Educación (BRASIL, 2012). Con el propósito de formación de educadores del campo en las diferentes comunidades rurales del país, entre ellos, los maestros de escuela de campo, quilombolas, pescadores, pobladores costeros/acampados de la reforma agraria y dirigentes del movimientos sociales del campo, aproximadamente 42 (cuarenta y dos) cursos de Licenciatura en Educación Rural se está implementando desde 2013 en todas las regiones del país. Este artículo pretende presentar un panel de informaciones y experiencias educativas del curso de la Licenciatura en Educación Rural con habilitación en Artes y Música, de la Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Tocantinópolis. El trabajo se divide en tres partes principales: el proceso de constitución del curso enfocado, la caracterización del mismo, la descripción y reflexiones sobre algunas de las experiencias pedagógicas desarrolladas entre los años de 2014 y 2015. Este es un primer esfuerzo de sistematización del grupo de los profesores del curso y que conforman la investigación del Observatório da Educação do Campo – del Centro Transdisciplinar de Educação do Campo (CETEC) en la Universidade de Brasilia (UnB), cuyo objetivo es la expansión de esta modalidad de enseñanza en Brasil.

PALABRAS CLAVE: Educación Rural. Artes. Música.

INTRODUÇÃO

A educação para as populações do campo no Brasil passa a ser uma preocupação governamental a partir dos anos 1990, como resultado da pressão política exercida pelos movimentos sociais do campo, das águas e das florestas. Uma pergunta que se apresenta no debate educacional é: como educar os sujeitos do campo na perspectiva que valorize suas identidades e vivências desde a Educação Básica até a Educação Superior se os profissionais que atuam com esses educandos e educandas têm uma formação dividida em disciplinas, voltada, muitas vezes, apenas para a formação de mão de obra para as cidades? Para tentar responder a essa problemática, surgem as Licenciaturas em Educação do Campo, formando educadores habilitados por áreas de conhecimento. Conforme destacam Molina e Sá (2011), a finalidade das Licenciaturas em Educação do Campo é formar profissionais capazes de dirigir e gerir processos educativos escolares e comunitários, como também de atuarem em áreas

específicas do conhecimento. Por responderem a essa demanda diferenciada, os cursos desse formato se inspiram em uma perspectiva interdisciplinar de conhecimento e organização curricular.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* de Tocantinópolis, faz parte desse movimento de formação de profissionais voltados para a atuação no campo. Tem por objetivo formar educadores e educadoras para trabalhar na docência em artes nas escolas do campo nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Teve sua origem a partir de demandas sociais e se viabilizou por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), instituído pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de “apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país” (BRASIL, 2010).

O PROCAMPO, vinculado ao Governo Federal, foi implantado em 2013 na UFT, por meio da chamada pública estabelecida no Edital de Seleção nº 02/2012 – SESU/SETEC/SECADI/MEC, de 31 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012). A proposta apresentada pela UFT, *Campus* de Tocantinópolis, situado na Região do Bico do Papagaio, Norte do Estado do Tocantins, é ofertar o curso de *Licenciatura em Educação do Campo: área de Códigos e Linguagens com habilitação em Artes e Música*. Em função de estar estabelecido em Tocantinópolis, cidade situada na divisa do Estado do Tocantins com o Estado do Maranhão, às margens do Rio Tocantins e a 530 km da Capital tocantinense, Palmas, esse curso de Educação do Campo abrange toda a Região do Bico do Papagaio que faz divisa com Sudoeste do Maranhão e Sudeste do Pará.

Este artigo objetiva apresentar um painel de informações e experiências pedagógicas do curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, da UFT – *Campus* de Tocantinópolis e está dividido em três partes principais: o processo de constituição do Curso, a caracterização do mesmo e a descrição e reflexões sobre algumas das experiências pedagógicas desenvolvidas entre os anos de 2014 e 2015. Trata-se de um primeiro esforço de sistematização do grupo de professores e professoras do curso que compõem a pesquisa do Observatório da Educação do Campo – do Centro Transdisciplinar de Educação do Campo (CETEC), da Universidade de Brasília (UnB), sob a coordenação de Mônica Castagna Molina – que trata da expansão dessa modalidade de ensino superior no Brasil.

PRIMEIROS PASSOS: A IMPLANTAÇÃO DO CURSO

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) é constituída por sete *campi* universitários distribuídos em regiões estratégicas de um estado do Brasil que se destaca por sua multiculturalidade, sua jovialidade – foi emancipado do Estado de Goiás pela Constituição de 1988 – e pela diversidade natural da Região Amazônica. Nesse contexto, está fortemente marcado pelas disputas territoriais e embates culturais. O curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, ao ser oferecido pela UFT, em parceria com as organizações sociais e sindicais do campo – principalmente o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) –, tem como missão cumprir objetivamente a sua função social de atender parte da demanda educacional dos povos do campo do Tocantins, auxiliando na formação de professores que atuarão nas escolas do campo e com os povos do campo – quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, acampados, assentados e reassentados da reforma agrária, entre outros – e estarão em contato direto com esses conflitos, auxiliando na emancipação social camponesa (UFT, 2014).

Entre os anos de 2010 e 2012, o *Campus* Universitário da UFT-Tocantinópolis participou efetivamente de ações no âmbito da Educação do Campo, com a oferta de cursos de formação de Professores das escolas do campo vinculados a alguns Programas do Governo Federal em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (SEDUC-TO). Uma das formações ocorreu no Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, com a oferta de duas edições do Curso de Especialização *Lato Sensu* de Aperfeiçoamento em *Educação do Campo, Agricultura Familiar e Envolvimento Social no Tocantins* (ALMEIDA, 2016). As discussões realizadas nesses cursos culminaram na proposta de implantar um curso de Licenciatura em Educação do Campo no Tocantins.

Atendendo recomendações do Ministério da Educação, o projeto do curso considera a realidade sociocultural específica dos povos do campo, apresentando organização curricular por etapas ou módulos equivalentes a semestres regulares cumpridos em Regime de Alternância entre Tempo-Universidade (TU) e Tempo-Comunidade (TC) (RIBEIRO, 2008; SILVA, 2011; BRASIL, 2012; SILVA; PAULA; BONILLA, 2016). A implantação do curso teve a participação de representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo que muitos discentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, da UFT-

Tocantinópolis, estão vinculados a esses movimentos sociais, além da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Tocantins.

Caminhando se constrói o caminho

A primeira turma desse curso ingressou em 2014-1 – por meio de processo seletivo público, realizado pela Comissão Permanente de Seleção (COPESE), órgão vinculado à UFT. Foram oferecidas 120 (cento e vinte) vagas, das quais 75 (setenta e cinco) foram preenchidas. Essa seleção teve um montante de 405 (quatrocentas e cinco) inscrições. A dificuldade de aprovação no processo levou o colegiado do curso a realizar um estudo sobre a forma como foi realizado o processo de ingresso, principalmente por parte daqueles que precisam ser atendidos na região – assentados da reforma agrária, indígenas e quilombolas. Em 2015-1, foi realizada outra seleção para a entrada da segunda turma do curso, com oferta de mais 120 (cento e vinte) vagas, das quais 103 (cento e três) foram preenchidas. A adesão de quilombolas e indígenas ainda continuava pequena, mesmo tendo aumentado o número de matrículas. Contudo, houve um aumento no número de discentes do campo, ainda que em menor quantidade se comparado aos discentes provenientes da cidade. Buscando melhorar as condições de acesso dos povos do campo ao curso, a partir de 2016 houve algumas mudanças no processo seletivo, bem como na correção das redações dos candidatos indígenas e quilombolas, que passou a ser realizada por etnolinguistas.

Apesar das dificuldades apontadas, o curso conta com diversos discentes que vivem ou têm suas atividades ligadas ao campo: professores e professoras de escolas rurais, militantes dos movimentos sociais do campo, quebradeiras de coco, quilombolas e indígenas Apinayé. A meta é dobrar o número de discentes com esses perfis étnicos com a realização dos próximos processos seletivos.

Para iniciar as atividades do primeiro semestre do curso (2014-1), foi planejada a realização do *I Seminário de Educação do Campo de Tocantinópolis*, no período de 7 a 10 de maio de 2014, na sede do *Campus* de Tocantinópolis. Nesse evento, foi realizada a Aula Inaugural onde foram abordadas as principais concepções de Educação do Campo existentes no âmbito da disputa por Políticas Públicas de educação para os camponeses. Ainda durante o período de realização desse seminário, ocorreram aulas do TU intercaladas entre as atividades propostas de dois TC e mais um TU. Três eixos orientadores estruturaram as atividades: (i) *Educação do Campo e Movimentos Sociais do Campo*, (ii) *Educação do Campo e Povos Indígenas* e (iii) *Educação do Campo e Povos Quilombolas*. A proposta foi refletir acerca da

construção de um curso de Licenciatura em Educação do Campo em um contexto socioespacial de diversidade étnico-racial e de conflitos agrários históricos, como é o caso da região de abrangência da licenciatura focalizada.

Nas reuniões de planejamento das atividades do curso, acontecem vários debates sobre Pedagogia da Alternância, divisão da carga-horária, tempos e espaços formativos (Universidade/Comunidade), estruturas e metodologias que poderiam originar reflexões em torno dos possíveis problemas que serão enfrentados no decorrer das atividades da licenciatura. Construir o percurso metodológico para as novas experiências exige a realização de encontros na universidade intercalados com atividades práticas nas comunidades, e, para tanto, definiu-se a realização de mais de um encontro por semestre.

Em 2014-1, além dos encontros do TU desenvolvidos no *campus* da UFT-Tocantinópolis, foram realizados dois encontros do TC em comunidades da região, selecionadas com a participação do corpo docente e discente do curso. No TU, a disciplina *Seminário Integrador I* permitiu articular as atividades das diferentes disciplinas. Os encontros do TC aconteceram durante o mês de setembro, nas noites de quinta-feira; manhã, tarde e noite de sexta-feira e manhã de sábado; sendo o primeiro na cidade de Santa Terezinha-TO – no Centro de Convivência Social – e, o segundo, na cidade de Esperantina-TO – na Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Pe. Josimo. Esses encontros foram fundamentais não só para conhecer melhor a realidade dos alunos, mas, sobretudo, para discutir problemas levantados sobre a situação da Educação do Campo na região a partir das pesquisas realizadas pelos discentes. A socialização de saberes, experiências e resultados de pesquisas entre discentes e docentes foi o ponto relevante na realização do TC nessas duas comunidades.

As visitas de campo também fazem parte do percurso metodológico pensado para o Curso. Em cada semestre, são reservadas datas para que docentes e/ou discentes proponham atividades de campo que estejam relacionadas a conteúdos de algumas das disciplinas ou com as pesquisas desenvolvidas durante a realização das atividades do TC. Foi nesse contexto que se realizou no primeiro semestre de 2014 a atividade de campo no Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, proposta na disciplina de *História da Arte*. Os alunos do curso tiveram a oportunidade de conhecer, *in loco*, tanto os sítios arqueológicos do Parque quanto o Museu do Homem Americano.

Criado em 2014, o curso contava em dezembro de 2016 com 05 (cinco) turmas, sendo respectivamente duas no 6º semestre, uma no 4º semestre e duas no 2º semestre. A escolha pela área de Códigos e Linguagens vem ao encontro de uma necessidade de suprir a

oferta de curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em todas as áreas de conhecimentos para que as escolas do campo tenham educadores camponeses habilitados nas diversas áreas. A matriz curricular do curso está organizada em três núcleos de conteúdos: Núcleo Comum, que aglutina elementos de ordem geral na formação do educador, como desenvolver habilidades de docência, desenvolvimento de linguagem oral e escrita, pesquisa, compreensão da realidade agrária do Brasil e da Região Amazônica; Núcleo Específico, que aglutina conhecimentos referentes ao campo das artes e música; e Núcleo de Atividades Complementares, que contempla atividades de extensão, pesquisa, monitorias, estágios, visitas de campo e participação em eventos.

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DO SABER

Assim como nas demais licenciaturas vinculadas ao PROCAMPO, implantadas em todo o Brasil, para o curso de Educação do Campo: área de códigos e linguagens – Artes e Música, um dos maiores desafios colocados até aqui é a aplicação de práticas pedagógicas que contemplem os processos teóricos e metodológicos da Pedagogia da Alternância e das Áreas de Conhecimento.

A Pedagogia da Alternância (PA) surgiu em 1935, no interior da França, com a criação das primeiras *Maisons Familiales Rurales* (Casas Familiares Rurais). A PA é um sistema educativo que contempla diferentes valores e experiências formativos, valorizando os saberes, a cultura e a realidade socioprofissional de crianças, jovens e adultos camponeses nos processos de formação (SILVA, 2011). Para concretizar tal proposta, as atividades formativas escolares são articuladas a temáticas, às práticas cotidianas e à vida no meio rural, agregando os conhecimentos acumulados pelos estudantes nas suas experiências concretas. Apesar de ainda ser um sistema educativo pouco conhecido no meio acadêmico, a PA – por integrar a Educação do Campo¹ –, possui princípios, instrumentos pedagógicos e uma proposta teórico-metodológica (além de tempos e espaços formativos diferentes) própria que congregam escola, família e comunidade nos processos de formação humana.

Destacamos aqui os debates a respeito do calendário de aulas. A questão levantada foi: ter ou não aulas no período de férias da comunidade? A ideia de se trabalhar nas férias

¹ A partir da década de 1990, os movimentos sociais que representam os camponeses passaram a defender uma escola que seja *no* e *do* campo. Portanto, compreende-se: *No* – porque as pessoas têm direito a ser educadas no lugar onde elas vivem, convivem com seus familiares; *Do* – entende-se que os povos do campo têm direito a uma modalidade de educação pensada sob a ótica das demandas da comunidade local e com a sua participação, vinculada à cultura local, saberes e às necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002).

era justamente para poder atender aos alunos e alunas que são professores e professoras das redes municipal e estadual. No Tocantins, as férias docentes da rede básica de ensino acontecem no mês de julho e, no mês de janeiro, há um pequeno recesso de aproximadamente 15 (quinze) dias. No entanto, antes de iniciar as aulas não sabíamos ao certo quantos discentes professores tinham ingressado no curso e qual seria o impacto das atividades do curso sobre esse público específico. Por outro lado, qual seria o impacto das aulas nos meses de férias, principalmente em julho, para os discentes não professores? Sabe-se também que as atividades comerciais no período de temporada de férias movimentam a economia local, com praias nos rios Tocantins e Araguaia, balneários de ribeirões e cachoeiras. Esses pontos de lazer atraem turistas oriundos de todas as partes do país e muitos de nossos discentes aproveitam para trabalhar e aumentar a renda da família. Além disso, nesse período, as comunidades realizam suas festas religiosas, vaquejadas e exposições agropecuárias – as comunidades quilombolas e indígenas também realizam suas festas tradicionais e outras atividades –, que é o período das colheitas e festas tradicionais relacionadas à safra que movimentam a população e a economia da região.

Esses fatores, assim como outros, dificultam a escolha dos períodos dos Tempos Comunitários (TC), mas podem ser justificados não só pelo fato da proposta de formação baseada nos princípios teórico-metodológicos da PA ser bastante restrita às experiências formativas desenvolvidas na educação básica nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA²) e nas experiências dos Movimentos Sociais do Campo, mas também devido ainda ser pouco difundida ou conhecida no Ensino Superior. Ou seja, enquanto docentes, entendemos que não há nada pronto, significa dizer que precisamos construir uma nova experiência de formação para o curso – utilizando-se da PA. Com relação a esse aspecto, Ribeiro (2008, p. 30) salienta que

o trabalho com a alternância ‘articula prática e teoria numa práxis e realiza-se em tempos e espaços que se alternam entre escola e propriedade, comunidade, assentamento, acampamento ou movimento social ao qual o educando está vinculado’, assim, leva em consideração dois tempos de formação: o tempo escola (TE), onde o educando recebe o aporte teórico-metodológico e o tempo comunidade (TC), onde os conteúdos conceituais se transformarão em procedimentos e desenvolvimento de atitudes que transformam a realidade imediata.

² No Brasil, as Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e as Casas Familiares Rurais (CFR) são as unidades educativas mais conhecidas e que assumem o sistema educativo da alternância, também denominadas de CEFFA (SILVA, 2011).

Conforme mencionado nesse excerto, o formato de organização do semestre em Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC) é voltado para a realidade dos educandos e educandas do campo, já que permite que eles mantenham suas atividades sem ter que optar entre suas tarefas em família/comunidade e sua formação escolar, fato que já foi constatado ser um dos motivos da dificuldade de escolarização das populações camponesas (SILVA, 2011).

Para executar a proposta conforme estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o corpo docente implementou a distribuição de aulas em TU e TC, uma contribuição da PA. Por outro lado, a construção de instrumentos de pesquisa na disciplina *Seminário Integrador I* ocorre envolvendo a participação dos docentes de todas as disciplinas do curso. E são os eixos temáticos que possibilitam articular ou orientar as questões de pesquisa a serem aplicadas no TC. Com as experiências obtidas até então, nos três semestres desenvolvidos com a turma 2014.1, e um semestre com a turma 2015.1, chegamos à formação de um calendário acadêmico que garanta a realização de 3 (três) Tempos Universidades, onde cada docente desenvolverá 40 horas de aulas com 2 (dois) Tempos Comunidades. Nos TC, os discentes desenvolvem pesquisas sobre as realidades de suas comunidades e, no primeiro momento, entregam um relatório de pesquisa (correspondente a 8 horas) produzido sob orientação de um docente. No segundo momento, apresentam suas experiências e o resultado final em um seminário do TC de 12 horas de duração, onde todos socializam suas pesquisas e realizam suas avaliações. Todas essas atividades (40h de TU e 20h de TC) somam um total de 60 horas aula durante as disciplinas. A Alternância é reforçada por mais 30 horas de *Seminário Integrador* que acontece por meio de encontros gerais e de grupos durante o TU, onde há reflexão sobre as experiências de TC. Dessa forma, conseguimos estabelecer um sistema de PA em que 50 horas são destinadas exclusivamente para efetivar a conexão entre os dois tempos de formação (TU-TC).

No currículo da Licenciatura em Educação do Campo, a maior parte das disciplinas tem a carga horária composta por 40 horas no TU, sendo realizadas as aulas. Já as outras 20 horas são desenvolvidas no TC, onde acontecem atividades educativas voltadas às demandas disciplinares, como realização de exercícios, leituras dirigidas, pesquisas nas comunidades, mas sempre mantendo diálogo entre conteúdos trabalhados em aula e as realidades vivenciadas pelos estudantes. Esse formato auxilia na construção e fortalecimento da alternância na medida em que fomenta o diálogo entre os dois Tempos e a construção coletiva de saberes (SILVA, 2011). A disciplina de *Seminário Integrador* tem a mesma dinâmica das demais. No entanto, a carga horária é de apenas 30 horas, sendo 15 horas de TU

e 15 horas no TC. Durante o TU, organizam-se encontros com as turmas para preparar e discutir as pesquisas a serem realizadas no TC e para analisar os dados coletados. A duração de nosso curso é de 08 (oito) semestres e, em cada um deles, há uma disciplina de *Seminário Integrador*, cujo objetivo é ser o elo entre as diferentes disciplinas oferecidas no semestre, como também de aprimorar as habilidades de pesquisa dos discentes, mantendo o diálogo entre os saberes universitários e camponeses na construção de novos saberes (UFT, 2014; SILVA; PAULA; BONILLA, 2016).

ARTES E MÚSICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ao tratar da área do conhecimento de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (BRASIL, 2000, p. 5) destacam a importância da linguagem, visto que essa é

a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido [...] permeia o conhecimento e as formas de conhecer, o pensamento e as formas de pensar, a comunicação e os modos de comunicar, a ação e os modos de agir. Ele é a roda inventada, que movimenta o homem e é movimentada pelo homem. Produto e produção cultural, nascida por forçadas práticas sociais, a linguagem é humana e, tal como o homem, destaca-se pelo seu caráter criativo, contraditório, pluridimensional, múltiplo e singular, a um só tempo.

Quando tratamos da Arte e da Música, dentro da área de conhecimento Códigos e Linguagens, estamos abordando diretamente a forma como o pensamento artístico auxilia o ser humano em sua vivência, no exercício de experimentar, representar e dar sentido ao mundo que o cerca e do qual é parte integrante. A Arte como manifestação cultural das sociedades e área do conhecimento que aglutina diversas linguagens artísticas – entre as quais, são trabalhadas, neste curso, as Artes Visuais e a Música – trabalha a sensibilidade, a percepção, o imaginário e a reflexão, possibilitando uma abordagem do mundo sob um viés poético e estético. Nesse contexto, essa abordagem se fortalece e se amplifica com o uso da arte na luta política. Os trabalhadores organizados, desde o final do século XIX, utilizam a arte como forma de militância, congraçamento e manutenção de um sentido de pertencimento a um determinado coletivo (MIRANDA, 2014). Através da representação, os grupos legitimam suas ideias e fortalecem seus signos e posturas frente à sociedade, reforçando

assim seu imaginário social. Com relação à importância de trabalhar o imaginário social, Carvalho (1990, p. 10) afirma que

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é aqui que me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos.

Podemos observar essa valorização dada à arte nos movimentos sociais na fala de Ademar Bogo, no Caderno de Formação, n. 34, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) intitulado *MST e a Cultura*. Nesse caderno, voltado para a militância, o autor reafirma o sentido da arte e dos artistas os convocando como “líderes políticos”:

Os artistas e poetas assumem nesta área, a condição de líderes políticos, por isso a estética sendo a arte de desenvolver o belo, está profundamente ligada à ideologia, não existe obra de arte sem representação, por onde a mensagem passa desenhada, esculpida ou musicada, dizendo algo que toca a profundidade da consciência humana que sente prazer em poder chegar cada vez mais próximo da beleza (BOGO, 2000, p. 80).

Nesse sentido, a arte com seu potencial de produzir representações, despertando o imaginário e promovendo a reflexão e diálogo de saberes, possibilita que a interdisciplinaridade seja um elemento chave na formação dos educadores e educadoras do campo. As disciplinas nas áreas de artes e música foram pensadas no sentido de fornecer ferramentas para os egressos poderem atuar com esses conteúdos no contexto das escolas do campo, interligando as diretrizes da Educação do Campo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de graduação em Música (BRASIL, 2004) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Artes (BRASIL, 2009).

Para tanto, pensou-se em oferecer disciplinas em quatro eixos principais, a saber: eixo teórico, eixo histórico, eixo didático de cada especificidade e eixo prático, além de disciplinas complementares e estágio. Todas elas devem estabelecer um diálogo entre si e com o “tronco principal” de Educação do Campo.

Na área das Artes, durante a criação do Plano Pedagógico do Curso, optou-se por começar com a disciplina *História da Arte*, seguida de *Percepção visual*, para então passar para as questões mais filosóficas com a disciplina de *Estética e Filosofia da Arte* e *Estética e Poética Camponesa*, seguidas das disciplinas práticas intituladas *Laboratório de Artes Visuais I e II*. É importante destacar a disciplina de *Estética e Poética Camponesa* por se

tratar de uma proposta diferenciada do curso em propor um momento para aprofundar as reflexões acerca da arte realizada pelos povos do campo, buscando interpretações poéticas e estéticas desse universo particular. As disciplinas didáticas, voltadas para o ensino das artes, foram direcionadas para o final do curso.

Na área da Música, o eixo teórico inicia junto com o curso no intuito de familiarizar, o mais cedo possível, os discentes com a linguagem e as especificidades da música. No primeiro semestre, é ofertada a disciplina intitulada *Fundamentos da notação musical*, que tem por objetivo introduzir o aluno no universo da escrita musical, seguida pelas disciplinas de *Teoria e percepção Musical*. No segundo ano, as disciplinas práticas e históricas envolvem a *Prática Coral*, por entendermos, na época, que o canto é uma ferramenta muito eficiente para a educação musical, além de estar disponível para todos. Nos semestres subsequentes são oferecidas aulas de *Instrumento musical*. As disciplinas históricas foram divididas com a mesma carga horária: *História da Música Ocidental* e *História da Música Popular Brasileira*. A primeira tem por objetivo introduzir os estudantes ao “conhecimento universal”, largamente tratado nos cursos de música e, a segunda, para valorizar e reforçar os saberes locais. Para o final do curso, estão previstas as disciplinas pedagógicas e de educação musical.

A experiência com a primeira disciplina de música – vivenciada no primeiro semestre do ano de 2014 (2014.1) – foi um desafio em diversas esferas, seja pela diversidade dos saberes da turma, pela proposta da alternância, pela quantidade excessiva de alunos e, principalmente, pela distância cultural da maioria dos discentes para com os conteúdos propostos. Alunos quilombolas, indígenas (Apinayé), moradores da cidade e camponeses que compõem essa primeira turma possuem bagagens e concepções conceituais sobre música muito diferentes, não sendo possível propor uma abordagem única sobre o assunto. Com o intuito de fazer um levantamento cultural e integração da turma, aproveitou-se a disciplina de *Seminário Integrador I* para incluir nas pesquisas do Tempo Comunidade um levantamento individual de músicas que fizeram parte das histórias de vida dos sujeitos da turma, assim como a identificação dos artistas de suas comunidades. Esse material foi importante para situar os docentes sobre o universo cultural dos discentes, assim como para ser utilizado como repertório para as aulas de música.

A proposta pedagógica utilizada nesse primeiro momento foi uma tentativa de aplicar o conceito de pedagogia humanizadora proposta por Paulo Freire (1987) e já tratada na área da música por diversos autores, citamos para exemplificar Targas e Joly (2008). Essa proposta busca estabelecer uma relação dialógica para construção do conhecimento. No caso

da teoria musical, buscou-se, com relativo sucesso, a utilização de repertório conhecido da turma e explorou-se as habilidades e conhecimento da própria turma para troca de informações e experiências.

EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NAS DISCIPLINAS DE SEMINÁRIO INTEGRADOR

Ao estabelecermos como horizonte pedagógico a interdisciplinaridade, é necessário refletirmos sobre que estratégias podem ser tomadas para chegarmos a esse objetivo e quais são os passos que devemos tomar a fim de construir uma matriz curricular que supere as rígidas fronteiras disciplinares. Na grade curricular do curso, as disciplinas de *Seminário Integrador - I a VIII* - constituem o espaço central reservado para garantir o exercício da interdisciplinaridade e integrar as diferentes áreas de conhecimento que estão sendo trabalhadas em cada semestre, em consonância com o saber que os educandos trazem a partir de suas vivências. Como orienta a ementa da disciplina, é o “Espaço de diálogo interdisciplinar para discussão das atividades realizadas no bloco. Assim como preparação do instrumento de pesquisa para o tempo comunidade envolvendo todos os docentes e discentes do bloco” (UFT, 2014, p. 46).

Nas disciplinas de Seminário Integrador, a cada semestre é escolhido um tema gerador que articule as diferentes disciplinas e contemple as necessidades dos educandos. Cada docente prepara um roteiro com algumas perguntas, baseado na intencionalidade pedagógica de sua disciplina em conexão com o tema gerador. Dessa maneira, cada educando vai para o Tempo Comunidade (TC) com cinco ou seis diferentes roteiros de questões para refletir e pesquisar. Os dados coletados são registrados em um gênero denominado *Memorial descritivo*³. Cada professor vinculado às disciplinas de Seminário Integrador coordena e orienta um grupo de discentes, tanto na coleta de dados no TC quanto na confecção dos Memoriais descritivos. Durante o Tempo Universidade (TU) seguinte à coleta de dados, os educandos, em conjunto com os professores, preparam seus relatórios de pesquisa – Memoriais descritivos – para, no final do semestre, apresentarem os resultados dessas pesquisas aos demais discentes e à comunidade.

Dessa forma, aconteceu com todas as turmas do primeiro semestre do curso, desde o primeiro semestre de 2014. Durante o *Seminário Integrador I*, os educandos realizaram suas

³ O “Memorial descritivo” é inspirado na experiência de produção do Caderno da Realidade, desenvolvido pelas Escolas Famílias Agrícolas (SILVA, 2011; SILVA, PAULA, BONILLA, 2016).

pesquisas participantes, refletiram e produziram seu *Memorial descritivo* sobre o tema gerador escolhido por eles e pelos docentes do curso: *Conhecendo a comunidade*. Essa reflexão e produção de conhecimento resultaram na produção de audiovisuais, no *Seminário Integrador II*, que culminou em uma mostra artística denominada *Mostra de Vídeos de 1 Minuto do Curso de Educação do Campo* (SILVA; MIRANDA; AIRES; OLIVEIRA, 2016; SILVA; PAULA; BONILLA, 2016). Esse trabalho foi desenvolvido ao longo dos segundos semestres do curso, 2014.2 e 2015.2, entre as disciplinas do período e a disciplina de *Seminário Integrador II*.

Na próxima seção, analisamos a experiência de quatro turmas do curso, ao longo do primeiro semestre letivo de 2015, nas disciplinas intituladas *Seminário Integrador I* e *Seminário Integrador III*. Para tal, foi realizada a observação participante e reflexão do percurso e dos resultados obtidos com as educandas e os educandos, a fim de perceber de que forma está sendo construída uma perspectiva interdisciplinar em um ambiente universitário marcado por uma rígida disciplinaridade.

O desenvolvimento da disciplina de Seminário Integrador III: Turma 2014.1

A primeira turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música em 2015.1 estava no terceiro período do curso. Ingressou em 2014 com 95 (noventa e cinco) alunos e, no segundo semestre do ano, reduziu para 62 (sessenta e dois) alunos, que foram divididos em duas turmas de 31 (trinta e um) educandos. No semestre de 2015.2 foram trabalhadas as disciplinas de *Prática Coral I*, *Teoria e Percepção Musical*, *Estética e Filosofia da Arte*, *Filosofia da Educação*, *Metodologia Científica*, *Didática Geral* e *Seminário Integrador III*. Como a turma já havia trabalhado nos semestres anteriores com temas geradores que propunham a reflexão sobre suas comunidades, optamos por experimentar um tema gerador que pudesse trabalhar alguma temática importante de ser colocada em debate e que pudesse ser comum à realidade dos educandos e das educandas. Além disso, como estava sendo ministrada a disciplina *Didática*, pensamos, como produto final do *Seminário Integrador III*, a utilização das pesquisas e reflexões dos educandos para elaboração de um instrumento pedagógico que pudesse compor seus acervos de futuros educadores e educadoras. A abordagem escolhida foi uma Oficina Pedagógica por considerarmos um importante instrumento de diálogo e construção de saberes entre docentes e discentes (PAVIANI; FONTANA, 2009).

Os temas geradores escolhidos para serem trabalhados foram *Intolerância religiosa* e *Direito à memória e à verdade*. O primeiro, por ter sido detectada a necessidade de ser reforçada na região a questão de um Estado laico e uma Educação igualmente laica, que respeitem e acolham as diferenças. O segundo, pelo fato de o curso estar situado na microrregião denominada Bico do Papagaio, na qual, durante a Ditadura Militar brasileira, ocorreu a sangrenta Guerrilha do Araguaia. Ainda hoje o silêncio relacionado a esses acontecimentos impera na região e muitas famílias esperam por notícias de seus “desaparecidos políticos”. A proposta de diálogo com o TC foi alterada devido ao contexto da Greve Nacional dos Servidores e Professores Federais ocorrida em 2015, o que fez com que tivéssemos apenas um TC que serviu para observação, coleta e reflexão acerca da existência das problemáticas dos temas geradores nas comunidades dos discentes.

Os encontros que aconteceram durante os dois TU serviram para problematizar os temas geradores e refletir sobre a concepção das Oficinas Pedagógicas. Os planos de oficinas pedagógicas pensados pelos educandos e educandas deveriam levar em consideração os conteúdos trabalhados nas demais disciplinas, buscando a interdisciplinaridade sempre que possível. Para tal, também foi incentivado que as ações propostas para as oficinas fossem pensadas para serem aplicadas nas áreas de formação do curso: populações do campo – crianças, jovens e adultos – utilizando as linguagens de Artes Visuais e Música. Os educandos e educandas se organizaram em grupos formados por três ou quatro integrantes, e foram orientados pelos professores e professoras que atuaram no semestre. Cada educador ficou responsável pela orientação direta de cerca de doze alunos. Ao final do semestre, foram entregues os planos de Oficinas Pedagógicas, acompanhados de todos os anexos necessários à execução das mesmas, planejadas em torno dos dois temas geradores: *Intolerância religiosa* e *Direito à memória e à verdade*.

O desenvolvimento da disciplina de Seminário Integrador I: Turma 2015.1

No semestre 2015.1, iniciado em maio de 2015, ingressaram duas turmas com 50 (cinquenta) discentes em cada uma. As disciplinas previstas na grade curricular para o primeiro semestre são: *Língua Portuguesa, Movimentos Sociais, História de Vida, História da Arte, Estado, Sociedade e Questões Agrárias* e *Fundamentos da Notação Musical*⁴.

⁴ A disciplina *Fundamentos da Notação Musical* não foi oferecida nesse semestre por falta de professor.

O tema gerador escolhido pelos docentes e discentes para trabalhar no *Seminário Integrador I* foi *Conhecendo a comunidade*. Durante o primeiro TU, uma parte do tempo dedicado a esta disciplina foi utilizada para a participação na *II Jornada Universitária pela Reforma Agrária*, evento que contou com algumas palestras sobre Análise de Conjuntura Nacional e sobre o Projeto Regional MATOPIBA⁵ que afetará as comunidades rurais, quilombolas e indígenas da região. A outra parte do tempo destinado à disciplina foi utilizada em um encontro no qual estiveram presentes todos os educadores e os educandos. Nessa reunião, foram organizados os grupos a serem coordenados por cada professor e orientadas as atividades de pesquisa a partir de cada disciplina, em diálogo com o tema gerador. Cada professor coordenou um grupo com cerca de 15 (quinze) estudantes. Em cada disciplina, os discentes tinham questões relacionadas ao tema gerador, como, por exemplo, na disciplina de *História da Arte* a tarefa era entrevistar um artista da comunidade; em *Língua Portuguesa*, observar os modos de falar de cada comunidade; em *Estado, Sociedade e Questões Agrárias*, levantar dados sobre a estrutura fundiária do município de cada educando; em *Movimentos Sociais*, entrevistar um integrante de algum movimento social da comunidade ou município; em *História de Vida*, a tarefa era entrevistar três pessoas idosas; na disciplina de *Fundamentos da Notação Musical*, mesmo não tendo sido oferecida, sugerimos aos discentes que elessem uma música marcante em suas trajetórias.

Conforme comentado anteriormente, o semestre 2015.1 teve apenas dois TU e um período de TC. Durante o segundo TU, os educandos e educandas se reuniram em grupos com os docentes a fim de resolverem questões relacionadas à confecção do *Memorial descritivo* e, por fim, a apresentação dos Memoriais descritivos aconteceu em dois momentos: no primeiro momento, os educandos e educandas apresentaram seus trabalhos em pequenos grupos junto com o professor coordenador e, no segundo momento, dois discentes de cada grupo apresentaram o trabalho para toda a coletividade.

Em termos gerais, observamos uma participação satisfatória dos educandos e educandas que desenvolveram as pesquisas, as entrevistas e os levantamentos de dados que possibilitaram a imersão nas comunidades e a observação de que os temas discutidos em sala de aula têm conexão com a realidade vivenciada nas comunidades. O *Memorial descritivo*, por mais que seja organizado numa perspectiva de registro disciplinar, ou seja, estruturado internamente por seções temáticas, possibilita fazer um balanço ao final da pesquisa dos

⁵ Trata-se de um projeto do governo federal para promover a agricultura empresarial em quatro estados brasileiros: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, por isso do acrônimo MATOPIBA. A crítica dos movimentos sociais do campo é de que este projeto prevê investimentos no agronegócio e ameaça os direitos à terra, água e território das comunidades camponesas.

discentes, além de mostrar conexões entre a realidade estudada e as disciplinas. Em muitos casos possibilitou perceber pontes de diálogo entre as disciplinas de *Movimentos Sociais e História de Vida*, ou com *Estado, Sociedade e Questões Agrárias*, entre outras. A realização da pesquisa no TC e a composição do *Memorial descritivo* permitiram também discutir técnicas e estratégias de pesquisas com os educandos e educandas. O exercício de fazer entrevistas e observar os contextos em diferentes temas levou os discentes a entrarem no mundo da pesquisa desde o primeiro semestre na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, do *Campus* Universitário da UFT, em Tocantinópolis - TO, está em pleno processo de implantação em uma área ainda não muito explorada academicamente, o que nos traz mais dúvidas e anseios do que certezas. As experiências vivenciadas até o momento foram intensas e complexas, tanto para o corpo docente, que não possui modelos nem exemplos para se apoiar, assim como para os discentes que, além de seus desafios pessoais inerentes às comunidades periféricas, acabam tornando-se coautores desse processo. Outro aspecto interessante é que, no contexto da formação em Educação do Campo por áreas de conhecimento (CALDART, 2011), cada curso terá sua especificidade de área de atuação na educação básica, especificamente na segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Coube à UFT a formação específica e exclusiva, até este momento, em Artes e Música. Além do mais, os 42 (quarenta e dois) cursos de Licenciatura em Educação do Campo em implantação no país estão formando quadros de profissionais da educação para atuarem numa modalidade de ensino que não faz parte das Políticas Públicas de educação no país. Existiu com sucesso apenas em escolas gestadas por movimentos sociais do campo e que, a partir do final da década de 1990 e início de 2000, passa a figurar como Políticas Públicas de educação básica (ARROYO, 2011).

Em um contexto de ensino superior onde a disciplinarização ainda é o modelo predominante, as disciplinas de Seminário Integrador são uma valiosa alternativa para exercer com mais eficiência a interdisciplinaridade, bem como para efetivar um dos pilares da Pedagogia da Alternância. O fato de realizar pesquisas que contemplem habilidades das diversas áreas dos conhecimentos que culminarão em uma produção científica, produto de suas pesquisas e reflexões, faz com que os educandos e educandas concretizem uma atuação abrangente e associada. Além disso, o fato de estarem todos os professores e professoras

atuando juntos possibilita um momento ímpar de avanço coletivo, onde discentes e docentes refletem sobre problemas das comunidades, debatem conceitos e buscam soluções/alternativas de atuação.

A partir das disciplinas de Seminário Integrador podemos perceber uma mudança no olhar de alguns educandos e educandas com relação à pesquisa. Antes tida como algo apenas para “alguns”, algo “distante”, “difícil”, ao longo dos semestres, há a construção de uma relação com o ato de pesquisar, com a coleta de dados, com a construção do diálogo entre os dados e a teoria que está sendo trabalhada nas disciplinas. Há um interesse maior pela pesquisa e pela escrita de gêneros acadêmicos. Esse fato só vem a contribuir para a formação de nossos professores e professoras que, ao refletirem e teorizarem sobre suas práticas, poderão aprimorar ainda mais seus trabalhos e auxiliarem aqueles que estão dando os primeiros passos.

Ainda há muito a caminhar. Entre as dificuldades que temos enfrentado estão a questão do letramento. Muitos dos alunos que ingressam no curso estão, há muito tempo, sem contato com o ensino regular – sem cultivar o hábito de ler e escrever, o que gera grandes dificuldades em relação à escrita acadêmica. Não se trata de um empecilho, porém apenas mais uma demanda que também deve ser trabalhada pelos docentes de maneira que respeite a individualidade e as peculiaridades da língua materna, criando condição para que os discentes sejam capazes de apropriar da escrita acadêmica. Além disso, outra questão verificada entre os estudantes do curso foi a pouca familiaridade com os meios digitais. Muitos não têm acesso a computadores, o que dificulta a utilização com maior propriedade de editores de textos e de aplicativos de redes sociais. As dificuldades se encontram pelo caminho, mas várias são as conquistas que já estão sendo contabilizadas.

Adotar uma disciplina na grade curricular para exercitar a interdisciplinaridade tem se mostrado um meio pertinente de conectar os diferentes saberes que são discutidos em cada etapa do curso, a partir das diferentes disciplinas oferecidas pelos docentes e dos conhecimentos que os educandos e educandas trazem em suas experiências de vida junto às suas comunidades. O limite para lidar com o tema interdisciplinaridade na grade curricular pode ser visto na linguagem acadêmica que utilizamos, já que temos uma “disciplina” para exercitar a “interdisciplinaridade”. No entanto, tanto no PPC do curso quanto na prática dos docentes tem-se em mente, em consonância com Rodrigues (2011), que a interdisciplinaridade deve ser vista como um processo e não apenas como um conjunto de procedimentos. Ademais, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo surgem dentro de um espaço social de inspiração contra hegemônica e isso nos indica que exercitar a

interdisciplinaridade é um ato positivo no sentido de congregar diferentes saberes para universalizar o Ensino Superior junto às populações do campo.

O fato de se organizar numa perspectiva da Pedagogia da Alternância tem contribuído para exercitar a interdisciplinaridade, como também para aprofundar a relação teoria-prática, uma vez que os educandos e educandas são convidados a olharem suas realidades, pesquisá-las, compreendê-las, no sentido de intervir em termos educativos para transformar.

Além dos desafios anteriormente apontados e analisados, outros se apresentam em termos de planejamento futuro do Curso. Uma das marcas deste curso, desde sua criação, é sua relação com os Movimentos Sociais do Campo, que tem sido expressa por meio da participação de educandos e educandas provenientes das bases destas organizações (MAB, MST, EFA, entre outros) e da realização de atividades como as Jornadas pela Reforma Agrária. A relação com os Movimentos Sociais do Campo é sempre posta como um pilar que fundamenta a existência do Curso e se estenderá com o desenvolvimento de projetos de Extensão e Pesquisa, como também, em possíveis momentos de avaliação do Curso, aberto aos Movimentos Sociais e a comunidade em geral.

Outro desafio que se aponta é a relação com as escolas do campo. Nestes primeiros anos do curso, os discentes têm tido contato com as escolas de diferentes formas. Alguns discentes são educadores e educadoras em escolas do campo e trazem questões que passam a ser refletidas em sala de aula. Em algumas disciplinas da grade curricular do Curso, há atividades específicas de observação e reflexão sobre o contexto e as práticas pedagógicas das escolas do campo. A relação com as escolas do campo passou a ser mais próxima a partir de 2016, já que se iniciaram os estágios. A aproximação com as escolas do campo é um desafio permanente e fundamental para o bom êxito dos propósitos deste curso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. Movimentos sociais do campo e práxis política: trajetória de luta por uma educação do campo no Tocantins. In: SILVA, Cícero da; MIRANDA, Cássia Ferreira; AIRES, Helena Quirino Porto; OLIVEIRA, Ubiratan Francisco (Orgs.). **Educação do Campo, artes e formação docente**. Palmas: EDUFT, 2016, p. 25-52.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 65-86.

BOGO, Ademar. **MST e a Cultura**. Caderno de Formação. 2000, n. 34. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/caderno%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o%20n%2004%20-%20o%20mst%20e%20a%20cultura.pdf.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de Seleção nº 02/2012 - SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13300&Itemid=> Acesso em: 04 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 4 nov. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 04 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Procampo**: apresentação. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/tv-mec>>. Acesso em: 4 de jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.º 1, de 16 de janeiro de 2009**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais e dá outras providências. Brasília-DF, 16 jan. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rces001_09.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 8 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música e dá outras providências. Brasília, DF, 8 mar. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES02-04.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000.

CALDART, Roseli Salete (Org.). **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLE, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.) **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: articulação nacional por uma Educação do Campo, 2002, p. 18-25.

CARVALHO, José Murillo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MIRANDA, Cássia Ferreira. **O teatro na voz operária**: Grupo Teatral Cultura Social e o anarquismo em Pelotas - seus operários e suas palavras. 2014. 211f. Dissertação (Mestrado em Teatro). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. A Licenciatura em Educação do Campo na Universidade de Brasília: estratégias político-pedagógicas na formação de educadores do

campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão (Orgs.). **Licenciaturas em Educação do Campo** - Registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS). Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 35-62.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli; FONTANA, Niura Maria. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, p. 77-88, maio/ago, 2009.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n.1, p. 27-45, jan.-abril, 2008.

RODRIGUES, Romir. Reflexões sobre a organização curricular por área de conhecimento. In: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Caminhos para transformação da Escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 101-126.

SILVA, Cícero da. **Pedagogia da Alternância**: um estudo do gênero Caderno da Realidade com foco na retextualização. 2011. 149f. Dissertação (Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura). Universidade Federal de Tocantins, Araguaína, 2011.

SILVA, Cícero da; MIRANDA, Cássia Ferreira; AIRES, Helena Quirino Porto; OLIVEIRA, Ubiratan Francisco (Orgs.). **Educação do Campo, artes e formação docente**. Palmas: EDUFT, 2016.

SILVA, Cícero da; PAULA, Leon de; BONILLA, Marcus Facchin. O audiovisual como ferramenta pedagógica e produção artística no contexto de uma licenciatura em Educação do Campo. **Nupeart**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 16-32, jan./jun., 2016.

TARGAS, Keila de Mello; JOLY, Ilza Zenker Leme. Canções, diálogos e educação: uma experiência em busca de uma prática escolar humanizadora. **Revista da ABEM**. Associação Brasileira de Educação Musical, Porto Alegre, n. 20, 2008.

UFT. UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em educação do campo**: códigos e linguagens - artes visuais e música. Tocantinópolis: s/n, 2014.